
Apuração e Cobertura de Violência: Representações das Vítimas de Latrocínio na Editoria de Segurança em Zero Hora¹

Carla Fernanda de Almeida La Cruz RODRIGUEZ²
Francisco de Paula Rocha AMORIM³

Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, RS

RESUMO

Analisar eventos de violência sob a ótica dos meios de comunicação é uma forma de se compreender a produção de sentido a respeito da própria violência. Este artigo se propõe a analisar notícias sobre casos de latrocínio veiculados no site do jornal Zero Hora, a fim de identificar como são produzidas as representações sociais das vítimas na mídia. A metodologia de análise de conteúdo possibilitou identificar quais recursos de apuração foram mobilizados em cada cobertura. Percebeu-se, como resultado, um padrão no tratamento dispensado às vítimas em função de seus perfis socioeconômicos.

PALAVRAS-CHAVE: violência; jornalismo; representações sociais.

Introdução

Os jornais veiculam notícias sobre violência diariamente – uma prática antiga, que teve início com a publicação dos primeiros periódicos, ainda no século 17. Desde então, a temática é retratada nos jornais. Com o passar do tempo foram delimitadas nas páginas das editorias de “segurança” ou “polícia” e, atualmente, ganharam ainda mais espaço com a internet. Preocupados em conquistar o público-alvo para atrair cada vez mais cliques, as notícias sobre violência, como roubos a estabelecimentos comerciais, homicídios e latrocínios ganham cada vez mais espaço. Muitas vezes, as editorias divulgam apenas aquilo que é factual (qual foi o roubo, o que foi furtado, quem foi vítima), sem contribuir com a análise dos fatos dando subsídios para o leitor entender o

¹ Trabalho, escrito com base em parte de trabalho de conclusão de curso, apresentado no IJ 08 - Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário Ritter dos Reis, e-mail: fernanda_lacruz@outlook.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Uniritter, e-mail: francisco.amorim@uniritter.edu.br

porquê dessa violência. Nessa lógica, o uso de informações que espetacularizam o fato costuma se sobrepor não só ao papel do jornalismo interpretativo, mas à própria ética – um erro fatal para a manutenção de uma imprensa responsável.

A Teoria das Representações Sociais é um campo das ciências sociológicas incluído neste artigo por acreditar-se que essa teoria abarca as ideias sobre significado e sentido construído tanto de pessoas, quanto de situações. A sociologia percebe as representações sociais como as noções que os sujeitos têm de si mesmos e da realidade; como um modo a partir do qual a sociedade percebe o mundo e o vivencia. Para que as representações sociais sejam criadas, esses sujeitos se baseiam na educação, nos costumes populares e nos meios de comunicação – assim interiorizam as regras e os conceitos da sociedade, para formar suas crenças acerca do mundo. Como último resultado – e com base na Teoria das Representações Sociais –, essa produção midiática altera a visão de mundo dos leitores, já que eles se informam a partir das notícias.

Portanto, este artigo pretende encontrar algumas das representações sociais que se dão nessa relação entre mídia e violência nos jornais. Para isso, delimita-se a observar a violência num tipo específico de crime: o latrocínio, que reúne dois tipos de crime: a morte, que é a expressão máxima da violência; somada à motivação torpe de roubo de um bem material. Escolheu-se analisar as representações sociais das vítimas de latrocínio produzidas a partir das notícias no site de Zero Hora. Assim, acreditou-se que seria possível perceber a produção de sentido evocada nas notícias que envolvem morte. Este artigo busca demonstrar se as notícias sobre violência podem contribuir com a manutenção de estereótipos sociais; e se, por isso, os jornais acentuam a diferenciação de valores de vida quando atribuem maior cobertura em função do perfil da vítima. Para isso, esta pesquisa irá observar quais são os mecanismos de apuração jornalística empregados em cada caso, a fim de identificar quais critérios dão destaque a algumas mortes e a outros não.

A partir de pesquisas qualitativa e quantitativa, foram escolhidos os cinco primeiros casos veiculados como latrocínio no ano, ocorridos entre janeiro e março de 2017 no site de Zero Hora. Como resultado, os cinco foram analisados a partir da categoria “apuração”, que contou com 30 indicadores. Com base em leitura prévia das

notícias e nos autores Hunter (2013) e Medina (2008) foram construídos alguns indicadores da categoria de apuração, que consideraram o esforço da reportagem em noticiar o caso. O percurso metodológico adotado visa atender o objetivo de verificar o conteúdo produzido sobre latrocínios em Porto Alegre no jornal Zero Hora, a fim de analisar quais recursos são mobilizados na cobertura da editoria de segurança. Deste modo, foi possível compreender se todos os casos recebem o mesmo número de matérias e os mesmos recursos jornalísticos, como uso de fontes, fotos, vídeos, entre outros. Assim, conseguiu-se responder à pergunta que norteadora deste artigo: quais são as representações sociais das vítimas produzidas em Zero Hora na cobertura de latrocínios?

Apuração e produção de notícias

A cobertura de violência nas editorias de polícia ou segurança costuma ser negligenciada, se comparada às seções de política e economia (RAMOS, 2007). Por consequência, a notícia – que é o produto da apuração jornalística – provoca até certa desinformação, já que as notícias construídas sem entendimento do assunto e sem uma abordagem analítica não trazem conhecimento algum, apenas o fato pelo fato. Desta forma, o jornalismo não contribui com o debate acerca da segurança pública. E mais: perpetua estereótipos e reforça ideias de diferenciação social enraizadas na sociedade (DIAS E GUIMARÃES, 2014). Esse é um dos efeitos finais, mas alguns dos problemas podem ser encontrados ainda antes, na fase de produção e apuração das notícias.

Nesta etapa são escolhidas as fontes que darão sentido e opinião à narrativa. Como forma de garantir credibilidade, os jornais utilizam fontes oficiais (pessoas ligadas ao governo, diretores de entidades públicas ou privadas, etc.) de forma majoritária. A escolha pelo relato oficial em detrimento às declarações de cidadãos “comuns” denuncia a existência de um processo autoritário e vertical (MEDINA, 2008). Os grupos de comunicação são, assim, responsáveis por impor a lógica de uma “ditadura da oferta” de fontes. Nas notícias de violência, a imprensa se vale quase que exclusivamente da versão da polícia.

Ela é a principal fonte – quando não é a única – presente na maior parte das reportagens. Desta forma, as redações se tornaram dependentes da informação produzida pelos órgãos de controle e segurança. Como consequência, o jornalismo perde capacidade de criticar as ações das forças policiais. Esse discurso parece normativo, especialmente quando utiliza as fontes policiais como “definidoras” dos fatos. Há, assim, um reforço dos tipos sociais de maior sujeição criminal (DIAS; GUIMARÃES, 2014). No nível da produção jornalística, o resultado dessa prática é taxativo: os veículos ficam aprisionados a uma única linha editorial e assim, as reportagens, por mais frequentes e aprofundadas que sejam, não trazem diferentes abordagens, nem somam novos olhares à discussão (GOMES, 2009).

Essa forma de construir a notícia se opõe à própria apuração jornalística, que exige rigor no diálogo com entrevistados, no levantamento de dados e na interpretação de documentos. As notícias são construídas a partir de um conjunto de requisitos que se exige dos fatos para que eles tenham uma "existência pública de notícias" – fora isso, “tudo o que não corresponde a esses requisitos é excluído, por não ser adequado às rotinas produtivas” (WOLF, 1995, p.170). Assim, todo acontecimento que não tenha sido registrado é abandonado, como se jamais tivesse acontecido. Ele não é só relegado ao esquecimento, mas “passa a não existir. A forma como a mídia produz realidades, verdades, fantasias, falas autorizadas, história e memória também atravessam o tema da violência” (FREIRE; CARVALHO, 2008, p.6). Como resultado, os acontecimentos que fogem aos critérios de interesse da mídia são banalizados – como acontece com a violência cometida contra alguns tipos e grupos sociais. Ao se deparar com esse tratamento “corriqueiro” ou “normal”, os leitores, em um processo subjetivo, alteram sua percepção da barbárie. Assim, a sensibilidade frente à exposição de notícias sobre violência acaba sendo anestesiada.

Nada disso ocorre à toa: os veículos de comunicação de massa estão submersos na lógica da indústria cultural, por meio a qual as notícias tornaram-se um mero produto comercial, com o objetivo final de lucro. O bem, transformado em produto, é esvaziado de significado; e tem o seu potencial subjetivo reduzido à generalização e ao desejo de compra e de posse, próprios da sociedade do consumo (RÜDIGER, 1999). Com base

nesses mecanismos, a informação é transformada em um produto comerciável, marcada pelo uso de apelos estéticos, sentimentais e espetaculares. A notícia passa a ser um produto fabricado, embalado e distribuído com um único viés, sem espaço possível para a subjetividade (FONSECA, 2008). Essa notícia padronizada, é forjada a partir de “um tipo de pré-confecção feito para atender necessidades e gostos médios de um público que não tem tempo para questionar o que consome” (COELHO, 1980, p.11-12). Assim, o indivíduo pode ser levado a não refletir, mas a consumir os produtos da indústria cultural de maneira alienante. O desfecho desse fenômeno é, de acordo com Fonseca (2008), o encolhimento do papel do jornalismo a um mero produto-notícia, que não auxilia o leitor em seu processo de assimilação e reflexão crítica acerca do mundo.

A cobertura realizada nas grandes redações tem caráter superficial; e as matérias de análise que contextualizam a violência são minoria. Esse é um indicativo de que os jornais ainda operam numa lógica industrial, deixando-se levar pelos acontecimentos diários, sem dar espaço à interpretação e ao pensamento crítico. Enquanto isso, o factual é veiculado e explorado, produzindo o ódio e invocando cada vez mais a máxima de que “bandido bom é bandido morto”. Em primeira instância, a propagação desse viés reforça ainda mais as ideias de senso comum. E, por fim, esse discurso pode encobrir a realidade, quando a “essência da violência”, ou seja, sua manifestação prática na vida dos cidadãos “cede lugar à aparência: sua projeção nos meios de comunicação de massa ou nos processos de reprodução simbólica” (MELO, 1985, p.169).

Neste quesito, Baccin (2012) reflete acerca do peso das notícias na vida dos leitores. A importância do fato jornalístico reside justamente na sua consequência, ou seja, “na maneira como penetra na vida social do sujeito, transformando-a” (BACCIN, 2012, p.16). Assim, é possível inferir que, ao influenciar os indivíduos com conteúdos sobre violência, os veículos de comunicação causam alterações na percepção dos leitores. Isso ocorre porque a exposição aos eventos que provocam espanto horror ou medo costuma prolongar os efeitos dos próprios fatos, criando um ciclo de violência e insegurança, que resulta na abertura de espaço para aumentar ainda mais “o surgimento do populismo punitivo que culmina no encarceramento em larga escala, contribuindo [...] para a proliferação da criminalidade” (SILVEIRA, 2013, p.296). Como resultado

desse processo, a ideia de que “violência vende” é usada para “justificar o mau jornalismo e embasar um discurso pessimista e genérico contra a mídia, inclusive no ambiente acadêmico” (RAMOS, 2007, p.17).

Representações sociais da violência: o papel da notícia na produção de sentido

Grossi Porto (2006) defende que as práticas de violência estão fundamentadas na estrutura da sociedade. Elas são parte das relações sociais. A vida pós-moderna detém aquilo que Garland (2005) define como “sociedade do controle”. Nessa sociedade, as notícias sobre violência são exploradas sob os mais diferentes vieses, como uma forma de manter a ordem social. A violência não é um fenômeno propriamente novo – os campos que a estudam na sociologia não a compreendem como um fator que nasce com o ser humano, mas como um fenômeno social que varia de tempos em tempos, a depender do local e do histórico sociocultural (FREIRE; CARVALHO, 2008).

As representações sociais da violência presentes no discurso midiático ajudam o leitor a se situar no mundo, provocando o reconhecimento da violência a partir de uma visão estereotipada. Essas visões constroem a calcificação de medos sociais e da própria sensação de segurança ameaçada (FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016). Segundo o autor, essas narrativas auxiliam os leitores em suas formações de sentido, por meio do conhecimento lançado sobre a realidade. Ramos (2007) adverte para os riscos dessa hierarquização, sobretudo na cobertura de crimes contra a vida, como os latrocínios, que culminam na concepção de valores diferenciados para uma e outra vida, em que a morte de classes sociais dominantes geram comoção da mídia (e, por consequência, da sociedade); em oposição à naturalização daquilo que a autora define como um “massacre cotidiano” empregado contra os sujeitos da periferia, especialmente dos jovens negros e de baixa escolaridade.

Esses pressupostos hierarquizantes favorecem a perda de sentido da vida coletiva, que resulta, entre outros fenômenos, na intolerância e na sensação de insegurança. Como alternativa, a autora sugere uma cobertura que possa propiciar reflexões que abram o repertório de ideias do leitor e ampliem sua visão de mundo,

fornecendo subsídios para mudanças de pensamento e para o fim da rotulagem social – tanto dos crimes em si, como de seus atores, sejam eles vítimas ou autores. Como resultado, se forma uma cultura da violência. Por meio das notícias de barbárie, o leitor se compraz ao ver-se livre do perigo, “em uma negação que equivaleria a uma pessoa dizer ‘ainda bem que não aconteceu comigo’. Não importa mais a informação, mas o quanto o elemento violência é capaz de ser mantido a fim de expiar a angústia dos indivíduos” (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012, p.2). A realidade e o sofrimento alheios reforçam sentimentos de alegria ou alívio, de acordo com o que os fatos lhe permitirem sentir.

Percurso metodológico e violência letal: as representações do latrocínio

A fim de investigar como as representações sociais da vítima são feitas a partir de seu perfil socioeconômico, optou-se por utilizar a metodologia de análise de conteúdo. Difundida a partir da metade do século 20, passou a ser utilizada especialmente em análises de violência, racismo e discriminação de gênero. Seguindo os passos recomendados por Bardin (1977), foram percorridas as etapas de pré-análise, exploração do material (recolhido do *site* [HTTP://zh.clicrbs.com.br/rs/](http://zh.clicrbs.com.br/rs/)) e tratamento dos resultados. A escolha pela produção *online* se dá porque, livre dos espaços delimitados das páginas impressas, exclui-se a prerrogativa de que alguns casos possam ter sido noticiados em função do prazo de fechamento do jornal ou por falta de espaço físico.

A opção por utilizar somente Porto Alegre é para esgotar ao máximo o pretexto de que a equipe ficaria inviabilizada de cobrir o caso fora da cidade. Foi escolhido o universo de matérias veiculadas durante os janeiro, fevereiro e março, totalizando os cinco primeiros casos de 2017 – que resultaram em 15 textos. Como categorias *a priori* são utilizados os tipos de fontes consultadas, os recursos audiovisuais empregados e o sentido geral dos textos – categorias escolhidas a partir dos aspectos que se destacaram durante a pré-análise. Para compor a categoria “apuração” foram utilizados indicadores extraídos a partir dos textos de Hunter (2013) e Medina (2008), totalizando uma categoria formada por 30 indicadores, dispostos no quadro abaixo.

Quadro 1 – indicadores da categoria “apuração”

Indicadores	1	2	3	4	5
Utilização de números oficiais					
Utilização de dados apurados pela reportagem	x		x		
Entrevista com mais de uma fonte ligada à vítima					x
Entrevista com mais de uma fonte ligada ao caso		x	x		x
Utilização de citação da polícia	x	x	x	x	x
Utilização de cartas e/ou depoimentos da família					
Utilização de notas oficiais					
Menção aos antecedentes criminais	x				
Explicação do contexto em que o crime ocorreu		x	x		x
Fotografia do local do crime		x	x		x
Fotografia do objeto do roubo					x
Fotografia da vítima			x		x
Fotografia da família			x		
Fotografia da casa da vítima			x		
Fotografia do trabalho da vítima		x			
Fotografia do velório					x
Fotografia de evento pré ou pós-velório					x
Mapa					
Infográfico					
Vídeo					
Fontes que falaram à polícia	x		x		x
Fontes policiais	x	x	x	x	x
Fontes testemunhais		x	x		x
Fontes especialistas em segurança pública					
Fontes ligadas à família		x	x		x
Fontes ligadas às amizades da vítima					
Fontes ligadas ao trabalho da vítima					x
Fontes ligadas ao círculo acadêmico da vítima					
Fontes ligadas a outras áreas (esportes, música, dança)					x
Fontes ligadas ao Governo					

Fonte: autora com base em Hunter (2013) e Medina (2008).

Análise caso a caso

A partir dos resultados obtidos, buscou-se reunir as características presentes num e noutra caso, a fim de descobrir se há um padrão na cobertura dos casos em função do perfil da vítima. A seguir estão dispostos breves resumos de todas as matérias sobre cada caso, demonstrando as informações apuradas pela reportagem. Alguns casos contam com uma quantidade de informações muito maior que outras. Essa desproporcionalidade reflete aquilo que foi noticiado em Zero Hora, não um recorte da autora.

Caso 1: o senegalês

Uma nota e uma notícia formam o conjunto de matérias do primeiro latrocínio do ano, ocorrido em janeiro. A vítima, um senegalês de 33 anos, foi morto após sair do trabalho, durante a madrugada, no Centro de Porto Alegre. Em nenhum dos textos a reportagem recorre a algum tipo de fonte além da policial – que é mencionada em apenas uma das matérias. O perfil sobre a vítima aborda apenas um aspecto de sua vida particular: o histórico de antecedentes criminais – ainda que, sobre estes, nada conste.

4.1.2 Caso 2: o comerciante

Duas matérias compõem a cobertura da segunda vítima de latrocínio em Porto Alegre, ocorrido em janeiro. Trata-se de um comerciante morto em seu local de trabalho. Apenas o genro da vítima e o delegado à frente do caso são utilizados como fontes. Não há utilização de fotografia, tampouco são abordados aspectos como vida social ou vida amorosa – e sequer a idade. Observa-se que seus antecedentes criminais não são mencionados.

4.1.3 Caso 3: o garçom

Três matérias fazem a cobertura do terceiro caso, um garçom de 31 anos que saía de casa para o trabalho quando o crime ocorreu, em fevereiro. A utilização de recursos audiovisuais é pela primeira vez empregada, com uso de mais de uma fotografia por matéria. Percebe-se, aqui, um esforço maior em apuração. É o primeiro caso dos três em que é feita uma matéria de acompanhamento do trabalho da polícia. Duas fontes ligadas ao caso foram ouvidas, além de fontes testemunhais, como a esposa da vítima.

4.1.4 Caso 4: um homem morto, apenas

Um homem é morto em fevereiro, durante um assalto na zona sul de Porto Alegre, mas o caso não ganha espaço em Zero Hora. A história sequer rende uma nota no site. O homem é apenas citado em matéria que informa que o terceiro final de semana de fevereiro de 2017 resultou em três mortes. No único parágrafo que trata do caso, a reportagem não apura informações básicas do ocorrido e do personagem, como idade e profissão. Não há nenhum tipo de fonte, foto ou mesmo o bem material que teria motivado o crime, como os demais casos foram noticiados até então. Não há suítes do caso. Dali em diante, a vítima só é mencionada em um *box* de outras mortes, para relembrar todos os casos anteriores.

5.1.5 Caso 5: o coronel do Exército

O caso de um coronel do Exército, ocorrido em fevereiro, é o primeiro dos cinco que preenche a maioria dos indicadores elaborados neste trabalho. Destacam-se aspectos relacionados à vida social, amorosa, familiar, religiosa, profissional, esportiva, benemérita e intelectual da vítima, demonstrando o contexto em que o crime ocorreu, a família destruída pelo crime, o passado honroso da vítima e a consequente perda para a sociedade. Os textos têm uma riqueza de detalhes inédita. Uma matéria se destina a mostrar ao leitor os detalhes da vida do coronel. Sob o título “Quem era o coronel

[nome da vítima]”, o texto discorre sobre a viúva e o filho – que “seguiu seus passos e serve ao Exército. Atualmente, encontra-se em missão na África” (RENATO DORNELLES, 2017). As matérias informam ainda a vida da vítima junto ao grupo de motociclistas do qual fazia parte, além da loja maçônica que frequentava. Em um trecho de uma das matérias, informa que “o coronel reformado havia realizado um longo passeio de moto, na companhia da esposa e de um amigo, até Ushuaia, na Patagônia argentina. Foram percorridos mais de 12 mil quilômetros. Ele também havia viajado ao deserto do Atacama, no Chile” (RENATO DORNELLES, 2017).

Resultados

É possível realizar um paralelo entre as representações sociais e as teorias frankfurtianas da Indústria Cultural, em que a massificação gera conteúdo de maneira mecanizada, sem refletir sobre o próprio fenômeno, entregando à sociedade um produto vazio de abstração, subjetividade e capacidade crítica (RÜDIGER, 1999). A superabundância de notícias banaliza a própria divulgação de acontecimentos. A teoria frankfurtiana prevê a produção automática e seriada, sem espaço para reflexão. Da mesma forma, as notícias são produzidas a partir das mesmas abordagens e técnicas, com o objetivo final de consumo e produção cada vez mais rápida. maneira, a dimensão múltipla e subjetiva que circunda um fato é reduzida a um único discurso, simplificado e disponibilizado para tão logo possível.

Enquanto produto comercial, o jornal Zero Hora é destinado aos leitores que podem pagar pelo produto – e que são, também, o público-alvo dos anunciantes. Analisando sob esse prisma, não é difícil compreender porque alguns casos não têm relevância dentro da editoria de segurança do jornal. Há quem, dentre os leitores de classe média, interessa a morte num bairro distante? Desta forma, pode-se pensar que os jornais (incluindo Zero Hora) foram transformados em produtos esvaziados de sentido, uma ideia que possui lógica, conforme detalhado a seguir.

Se o produto é destinado àqueles que podem pagar pela mercadoria, a vida dos leitores pertencentes às classes sociais mais baixas não é relevante. Cria-se, desta forma,

um distanciamento – tanto porque não se noticia informações deste universo, como porque o produto não é destinado a eles. Distantes da informação, Melo (1985) defende que essas pessoas veem suas vidas vazias de cidadania; uma perda à própria comunicação, que “só se efetiva e se reproduz quando está ligada ao ambiente em que o homem ou a mulher se sentem *sujeitos*” (MELO, 1985, p.28).

Se os acontecimentos que vitimizam pessoas mais pobres são pouco mencionados em Zero Hora, cria-se a falsa noção de que não aconteceram. É o que afirmam Freire e Carvalho (2008), quando evidenciam que um acontecimento não registrado pela mídia é um acontecimento que “não aconteceu”. Desta forma, o não-acontecimento “não é apenas relegado ao esquecimento, passa a não existir” (FREIRE; CARVALHO, 2008, p.6). Essa violência abarca outras pequenas violências, mais sutis e diárias, também praticadas pela forma de tratamento em Zero Hora. O esquecimento de alguns casos, frente à superexposição de outros causa, segundo as autoras, um efeito anestésico – em que a sensibilidade do leitor é violada perante a banalização *versus* dramatização da violência.

À exemplo das críticas feitas por Ramos (2007), para quem o jornalismo contribui com a manutenção da violência, Zero Hora falha quando permite que esse sistema de crenças, valores e estigmas seja mantido e por ela, enquanto imprensa, alimentado. Essa valoração fica mais que evidente com a menção aos antecedentes criminais das vítimas. As causas do latrocínio em nada têm relação com o passado da vítima. Especialmente quando a vítima não tem nada em seu histórico; e torna-se vítima duas vezes: quando morre e quando sua integridade é questionada. Neste ponto, Grossi Porto (2015) diz que a criminalização é uma construção social. De fato. A criminalização dos sujeitos em Zero Hora obedece a um padrão: é reservada apenas a alguns tipos sociais. Como argumenta a autora: “a sujeição criminal aponta para os sujeitos que formam um tipo social a quem seriam mais facilmente atribuídos os crimes, sujeitos mais predispostos à ação criminosa” (GROSSI PORTO, 2015, p.6).

Destaca-se também a forma como Medina (2008) relaciona a existência de um discurso único nas reportagens com o que ela considera uma “ditadura da oferta”. Ou seja: as mesmas fontes – geralmente relacionadas ao poder político ou policial – são

aquelas que conduzem o assunto “segurança pública e violência” na esfera pública. As evidências encontradas na pesquisa encontram validade nas palavras da autora. Em todos os casos, a fonte policial é fator determinante da narrativa; a força policial explica a causa dos fatos; as circunstâncias e os papéis dos autores. Essa prática impede o livre debate de ideias, pois não é considerado depoimento válido o de um amigo do morador de rua, por exemplo. Isso graças à “unilateralidade da informação: só os poderosos falam através das entrevistas” (MEDINA, 2008, p.18). Essa forma de construir a notícia comprovada em Zero Hora se opõe às diretrizes da apuração jornalística, que deve primar pela multiplicidade de fontes. A autora adverte que a hierarquização na cobertura de crimes contra a vida culmina na concepção de valores diferenciados para uma e outra morte, em que se destaca “morte de pessoas dos setores médios ou dominantes, ao lado da naturalização do massacre cotidiano de moradores da periferia, em particular o que atinge os jovens negros e com baixa escolaridade” (RAMOS, 2007, p.96). Esses pressupostos hierarquizantes estão presentes em Zero Hora, sobretudo quando se compara o tratamento dispensado às vítimas pertencentes aos homens comuns e às vítimas retratadas como jovens promissores. Outro ponto que se destaca é a ausência de matérias interpretativas, que busquem analisar o fenômeno da violência. Sobre isso, Ramos (2007) argumenta que os jornais correm atrás das notícias factuais que já aconteceram, mas usam “timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor” (RAMOS, 2007, p.25).

Se o jornalismo não produz violência, pelo menos contribui com aquilo que Goffmann (1988) classifica como estigma. Em seu livro, o autor descreve três tipos de estigma: as marcas no corpo, de caráter ou posicionamento moral; e, por fim, os estigmas de raça e religião. Se vê que os indivíduos que se enquadram no perfil “homem comum” estão em um dos grupos definidos pelo autor – se não quando por dois ou até os três deles. Da mesma forma como o autor evidencia que o estigmatizado é separado da sociedade, pode-se dizer que os jornais acompanham essa tendência – seja por causa ou consequência. Por serem eles – ou por estarem eles em bairros estigmatizados, com profissões estigmatizadas – foram separados da camada elitizada da sociedade em vida. E, na morte, Zero Hora mostrou não ser diferente.

Considerações finais

Este artigo se propôs a investigar como são retratadas as vítimas de latrocínio em função do seu perfil. Escolheu-se justamente o crime de latrocínio porque permite analisar a cobertura jornalística quando a vítima não possui relação nenhuma com o autor. Em outros casos, como homicídio, poder-se-ia argumentar que o envolvimento da vítima no tráfico, por exemplo, motivara sua morte e que não valeria a pena noticiar a morte de um traficante. Ou, nos casos de violência doméstica, que são igualmente ou ainda mais brutais, que foi uma escolha da vítima permanecer junto ao agressor. Desta forma, excluíram-se todas as justificativas que pudessem atenuar a causa da morte. Assim, foi possível encontrar casos de pessoas vitimadas unicamente pela tentativa de roubo de um bem material – algo que demonstra até onde pode chegar o desejo que é incentivado nas sociedades do consumo.

No período analisado, pessoas de todas as classes sociais foram vítimas da violência em Porto Alegre: um garçom, um oficial do Exército, entre outros. Com isso, foi possível perceber a atuação de Zero Hora em cada um dos cinco casos. Observa-se que a produção de sentido para “vidas comuns” tem resultado negativo à luz da formação de estigmas e das representações sociais. Não que seja o jornalismo responsável pelo aumento da violência, mas não se pode negar o problema causado pela naturalização da criminalidade – especialmente nos casos de vidas que teriam “menos valor”.

Portanto, é perfeitamente possível afirmar que, nas notícias sobre latrocínio de Zero Hora, algumas vidas têm mais valor. Não fosse assim, todas as cinco vítimas teriam seus casos igualmente acompanhados pela reportagem nos velórios, nos eventos de homenagens ou manifestações. Seriam da mesma forma utilizados os mesmos esforços em recursos como vídeos (que demandam mais tempo em produção e edição e mais esforço do editor de vídeos); e no emprego de dados, no número de fontes consultadas e de informações acerca da vítima – ainda que esses dados não sejam propriamente relevantes para o debate na esfera pública sobre violência. Seriam

noticiados os sonhos e os feitos de todas as pessoas – pois acredita-se que, seja em qualquer condição que se encontre, ainda assim qualquer pessoa tem potencial para criar e projetar ideais. Mas isso não é notícia em Zero Hora. A retratação pura do fato, que assemelha-se às informações do boletim de ocorrência, causa o apagamento de uma classe social específica. Uma imagem constantemente reforçada pelo jornal Zero Hora; que é apropriada pelo senso comum e perpetuada no meio social.

Como resultado, percebeu-se que os perfis encontrados nas narrativas são justamente aquilo que transforma uma morte em uma breve nota; e outra em uma reportagem especial. As representações sociais das vítimas denotam o valor de suas vidas: ao homem comum, a cobertura de uma vida comum; ao pai de família, há um cuidado em demonstrar um certo apelo emocional pela perda de esposa e filhos. Essa diferenciação também encontra respaldo na hipótese inicial desta pesquisa, que acreditava que as notícias sobre violência podem contribuir com a manutenção de estereótipos sociais. E, por isso, os jornais acentuam a diferenciação de valores de vida e reforçam o discurso do bem e do mal. Em suma, o perfil do homem comum é estigmatizado por seu emprego ou pelo local onde mora. Os perfis relacionados aos mais jovens ou pais de família não recebem a carga de nenhum estigma – talvez por isso se tenha tanta liberdade para discorrer sobre as mais diversas áreas de sua vida, diferentemente dos homens comuns, a quem Zero Hora prefere não se aproximar.

Caberia, agora, analisar esse fenômeno, que contribui para o reforço de estereótipos, a partir da metodologia de análise de discurso, para entender porque o jornal e os próprios jornalistas atuam desta forma. E mais: para entender algumas escolhas editoriais, como a utilização de antecedentes criminais nos casos de vítimas pertencentes ao grupo “homem comum” e nos demais perfis não. Considera-se ainda igualmente relevante a necessidade de estudos de recepção para compreender como o significado extraído dos discursos (estereótipos, estigmas e representações sociais) passam a fazer parte do repertório dos leitores, criando suas verdades e noções a respeito do mundo.

Acredita-se, com base em tudo que ficou evidenciado nesta pesquisa, que violência não é só a morte, o roubo, o tapa e a agressão. É também violência quando

uma vida é subjugada e tratada com desprezo pelos jornais. Por isso, sugere-se que a empresa Zero Hora repense sua atuação na cobertura dos crimes de latrocínio; e que debata internamente seus critérios de apuração de notícias. Objetiva-se, com isso, que todos os casos recebam tratamento semelhante, com, no mínimo, as informações básicas de apuração jornalística. O jornalismo também tem uma função social e não pode sucumbir à lógica mercantil. Portanto, repensar as práticas jornalísticas a partir da formação de sentido é um caminho que deve ser tomado urgentemente. Somente desta forma será possível abandonar um ciclo estigmas sociais para uma cobertura igualitária, pois entende-se que, num mundo ideal, não há perfis que valem a pena. Todas as vidas têm valor.

Referências bibliográficas

BACCIN, Alciane Nolibos. **Produção do acontecimento jornalístico**: perspectivas teóricas e analíticas. In: CASALI, Caroline; HÖEHR, Kellen Mendes; BONITO, Marco (Org.). 2012. Porto Alegre: Armazém Digital, 2012. 216p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 1977. 223p.

CARVALHO, Denise W.; FREIRE, Maria Teresa; VILAR, Guilherme. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [s.l.], v. 31, n. 5, p.435-438, maio 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1020-49892012000500012>.

COELHO, TEIXEIRA. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 99p.

DIAS, Anelise Schütz; GUIMARÃES, Isabel Padilha. Mídia noticiosa, crime e violência: discussões teóricas. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p.280-291, jul. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/18645/12629>. Acesso em: 12 nov. de 2017.

FERREIRA JUNIOR, Sergio do Espirito Santo; COSTA, Alda Cristina. Narrativas jornalísticas de violência entre relato e representação: elementos para análise de um fenômeno midiático. **Comunicologia: Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal**, v. 2, n. 9, p.100-118, jul. 2016.

FREIRE, Silene de Moraes; CARVALHO, Andreia de Souza de. Mídia e violência: os labirintos da construção do consenso. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p.151-164, jan. 2008.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 310 p.

GARLAND, David. **La cultura del control**. Barcelona: Gedisa, 2005. 463 p.

GOFFMANN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. São Paulo: LTC, 1988, 160p.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009. 112p.

GROSSI, Maria Stela Porto. Crenças, valores e representações sociais da violência, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, 250-273p.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias**: um manual para jornalistas investigativos. 2013. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456POR.pdf>>. Acesso em: 22 de set. de 2017

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Paris PUF, 1989.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. Portugal: Porto Editora, 2004. 223p.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2006. 78p.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista**: o diálogo possível. 5 ed. São Paulo: Ática, 2008. 96p.

MELO, José Marques de. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. 199p.

MORIGI, Valdir José. “Teoria Social, Comunicação: Representações Sociais, Produção de Sentidos e Construção dos Imaginários Midiáticos”. *Revista eletrônica e-compós*, n. 01. Dezembro de 2004. Disponível em
<<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/9/10>>. Acesso em 21 de outubro de 2017.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 171p.

PORTO, Maria Stela Grossi; MACHADO, Bruno Amaral. **Homicídio na área metropolitana de Brasília**: Representações Sociais dos Delegados de Polícia, Promotores de Justiça e Magistrados. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 40, p. 294-325, set/dez 2015.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p.250-273, 2006.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. 192p.

RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade**: Adorno e a Escola de Frankfurt. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, 261p.

RÜDIGER, Francisco. A Escola de Frankfurt. In: HOHLFELDT, Antonio; FRANÇA, Vera Veiga; MARTINO, Luiz. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Porto Alegre: Vozes, 2010, p.138

SILVEIRA, Felipe Lazzarida. A CULTURA DO MEDO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PROLIFERAÇÃO DA CRIMINALIDADE. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE, 2., 2013, Santa Maria. **Anais...**. Santa Maria: UFSM, 2013. p.295 - 309. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/3-1.pdf>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224p.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 4 ed. Lisboa: Presença, 1995. 247p.